

## Objetividade e paixão

Devido aos fatos políticos mais recentes, as questões jurídicas saltaram para o centro do noticiário.

Um dos meus irmãos, que não é advogado nem estudou Direito, me fala sobre a dificuldade em saber, aí, o que é certo: porque, no noticiário, há opiniões pró e contra: umas dizendo que isso pode, e outras dizendo que não pode. E mencionou, como exemplo, o ministro Gilmar Mendes, do STF.

Eu estava querendo, mesmo, escrever sobre esse tema. Essa é uma coisa que está acontecendo não apenas agora, mas acontece sempre que o problema jurídico tem implicações políticas. Você terá sempre, ou quase sempre, de um lado o Yves Gandra Martins, e de outro, o Fábio Konder Comparato. Nós sabemos que o primeiro é conservador, propenso a soluções autoritárias, e que o outro é progressista, pendendo para soluções libertárias.

Nesse caso, então, nós não podemos saber o que é correto em Direito?

Podemos, mas para isso é preciso estudar Direito, não basta confiar na autoridade dos especialistas. E o mesmo acontece em qualquer disciplina.

Quando comecei a estudar Direito, e durante muitos anos, não me satisfazia com os livros jurídicos, mesmo com aqueles dos melhores autores. Para mim, eles eram apenas repertórios de opiniões, sem suficiente fundamentação científica. Eu já era professor e, persistindo essa insatisfação, pensava em abandonar a

cátedra e a profissão, quando conheci um autor chamado Pontes de Miranda. Foi grande minha alegria, porque aprendi, com ele, que o Direito é uma ciência, o que significa: podemos formular proposições jurídicas objetivas, e demonstrá-las.

À primeira vista, seria mais fácil descobrir certezas nas ciências naturais do que nas ciências humanas. Quem estuda filosofia da ciência sabe que, hoje, acontece o contrário: nas ciências da natureza instalou-se o relativismo, quando não o ceticismo. É mais fácil que as ciências humanas produzam certezas porque tudo nelas, ou quase tudo, a começar da linguagem, depende de convenções: se chamamos este objeto de lápis, não podemos nos enganar a respeito do seu nome. Assim, as ciências humanas começam com nomes, definições e conceitos, que podem ser dicionarizados; de modo que fica fácil identificar falácias e sofismas quando as palavras forem usadas para confundir, e não para esclarecer.

A primeira ameaça à objetividade de um cientista é o apego às suas próprias opiniões. O grande matemático francês Henri Poincaré, dizia: *“O físico que renunciou a uma de suas hipóteses deveria encher-se de alegria, porque encontra assim inesperada oportunidade de descoberta.”*

Vêm a propósito estas palavras de Peirce, filósofo norte-americano:

*“O maior empecilho para o progresso intelectual é, seguramente, o empecilho da segurança olímpica; e noventa e nove por cento das mentes lúcidas vêm-se reduzidas à impotência por essa enfermidade – de cuja contaminação mostram-se estranhamente desconhecedoras”.*

Acontece que em qualquer litígio há mais de um lado, para um dos quais pendemos segundo nosso temperamento, nossas

inclinações, nossos interesses e nossa posição na sociedade. E perdemos, com isso, a oportunidade de formular, a seu respeito, um juízo objetivo.

Repetirei, aqui, o que sempre disse a meus alunos: Direito é texto e testa: é o texto da norma, mais o entendimento sobre esse texto. Mas conheço muitos juristas para quem o Direito é um jogo de manipulação da linguagem.

Assim, mesmo que você não seja um especialista, querendo formar opinião própria a respeito desses temas, consulte a lei correspondente. Hoje em dia é relativamente fácil fazê-lo. Consulte, por exemplo, estes verbetes: polícia judiciária, inquérito policial, poder de investigação, suspeito, indiciado, acusado, réu, direitos fundamentais, cláusula pétrea, imparcialidade do juiz, impedimento e suspeição do juiz, abuso de autoridade, princípio da impessoalidade, juiz natural, deveres do juiz, direito de ir e vir, inviolabilidade do domicílio, dever de sigilo, direito à privacidade, direito de defesa, e outros mais. Mas o principal é este: Constituição.

O ideal da magistratura, desde a Grécia, é que ela seja imparcial, decidindo sempre de acordo com a lei. O pior que pode acontecer a um juiz é agir politicamente, permitindo que a paixão partidária, e não a objetividade, passe a governar os seus atos.

Agora, se você quer mesmo a chave para decifrar o que está acontecendo, melhor do que estudar Direito é estudar história. A política é um jogo entre quem tem e quem não tem, e os jogadores costumam repetir as mesmas jogadas, com os mesmos resultados.